

## RECIBO DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDIMENTOS

Declaramos, para os devidos fins, que, em cumprimento à Deliberação nº 180/1994 do TCE/RJ, na presente data, recebemos do (a) servidor (a) \_\_\_\_\_

inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, sua Declaração de Bens e Rendimentos referente ao Exercício \_\_\_\_\_

Ano-Calendário \_\_\_\_\_, contendo \_\_\_\_\_ páginas, sendo o documento conferido e acondicionado em envelope lacrado, rubricado pelo servidor supracitado, bem como pelo servidor responsável pelo recebimento.

O responsável pela Unidade de Pessoal e os demais servidores com acesso à Declaração de Bens ficam sujeitos às penas previstas nos Art. 325 do Código Penal e 198 do Código Tributário Nacional.

Nova Friburgo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Ciente,

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo atendimento

\_\_\_\_\_  
Servidor declarante

Art. 325 do Código Penal - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.  
Art. 198 do Código Tributário Nacional - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e Sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (Redação dada pela Lcp nº 104, de 2001)

**1ª via – Servidor**  
**2ª via – SSRH**